

REVISTA

CICEP

# EVOLUÇÃO

OUTUBRO DE 2024 V.3 N.10

ISSN: 27645363



DATA DE PUBLICAÇÃO: 15/10/2024



SL EDITORA

# Revista Evolução CICEP

---

Nº 10

Outubro 2024

## **Publicação**

Mensal (outubro)

SL Editora

Rua Bactória, 164, Torre 2 - 85 – Jardim Vila Formosa 03472-100

São Paulo – SP – Brasil

[www.sleditora.com](http://www.sleditora.com)

## **Editor Chefe**

Neusa Sanches Limonge

## **Projeto Gráfico e capa**

Lucas Sanches Limonge

## **Diagramação e Revisão**

Rafael Sanches Limonge

## **Responsável Intelectual pela Publicação**

Centro Institucional de Cursos Educacionais Profissionalizantes (CICEP)

---

Revista Evolução CICEP – Vol. 3, n. 10 (2024) - São Paulo: SL Editora, 2024 – Mensal

Modo de acesso: <https://www.revistaevolucaocicep.com.br/>

ISSN 2764-5363 (online)

Data de publicação: 15/10/2024

1. Educação    2. Formação de Professores

CDD 370

CDU 37

---

Renato Moreira de Oliveira – Bibliotecário - CRB/8 8090

# **SUMÁRIO**

## **A CRIANÇA COM TEA NO ENSINO REGULAR**

**Luiz Carlos Gorgonha..... 04**

## **UM OLHAR SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR**

**Rosangela dos Santos..... 12**

## A CRIANÇA COM TEA NO ENSINO REGULAR

- Luiz Carlos Gorgonha

### RESUMO

- O processo de inclusão tem sido um grande desafio tanto para as escolas quanto para os profissionais da educação. Queiroz (2022) afirma que a presença de crianças com deficiência no ensino regular tem aumentado de maneira significativa. Com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica realizadas pelo Ministério da Educação em 2016, cerca de 796.486 alunos foram matriculados na educação básica, e cerca de 94,3% das escolas da rede pública na região Nordeste receberam matrículas de alunos com deficiência.
- **Palavras-chave:** Autismo. Inclusão. Educação Especial.
- 
- 
- 
- 

### DESENVOLVIMENTO

- Nunes, Azevedo e Schmidt (2013) afirmam que o processo de inclusão da criança com TEA requer mudanças no que se refere as concepções educacionais, nas posturas dos educadores e sob os aspectos pedagógicos, isso implica na adaptação curricular, planejamento para atender as especificidades de cada um. Dentre outras ações que podem garantir o acesso e a permanência da criança no ensino regular, conforme estabelece as diretrizes que norteiam a educação inclusiva.
- O Ministério da Educação (2012) elaborou um documento em que traz as orientações para implementar as salas de recursos multifuncionais em instituições do ensino regular. E neste espaço o professor do AEE dispõe de recursos para realizar o atendimento ao educando com



necessidades especiais de maneira complementar ou suplementar à escolarização. Levando em consideração as especificidades de cada um e as habilidades dos educandos público alvo da educação especial.

- Cabe ainda ao professor do AEE estabelecer e promover a articulação com os professores do ensino regular, nas diferentes etapas e modalidades do ensino. Orientando os professores e familiares no que se refere a aplicabilidade e a funcionalidades das atividades realizadas pelos os educandos.
- De acordo com Poker (2015) a eficácia dessa articulação ocorre quando o professor do AEE, elabora um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), conforme as especificidades de cada um, pois, serve de base para registrar as informações pertinentes no decorrer do processo pedagógico, auxiliando na avaliação e elaboração das intervenções que melhor atende o educando. Dentre os obstáculos para que se efetive o processo de inclusão está a formação dos professores que atuam com os alunos com TEA.
- Chianca et al (2016) evidenciam a relevância da formação dos professores para que possam redirecionar a prática docente para atender os educandos com TEA, seja na sala do ensino regular quanto nas SRM, contribuindo dessa forma para a implementação e o desenvolvimento de novas práticas inclusivas.
- A desinformação e falta de conhecimento dificulta a compreensão do professor de consolidar com o educando com TEA. Quais as estratégias e recursos podem ser utilizadas para mediar o processo educativo em uma perspectiva de inclusão desses educandos. Sendo assim, é imprescindível promover mudanças no espaço escolar, buscando alternativas para melhor atendê-los, com profissionais capacitados para oferecer um ensino de qualidade.
- Então um dos grandes desafios do processo de inclusão no espaço escolar da criança com TEA, é a alfabetização, pois, o processo

requer habilidades e competências necessárias na comunicação, na linguagem verbal e não verbal. Com base nos estudos de Silva et al (2018) constatou-se que a alfabetização da criança com TEA ocorre com ritmos e formas distintas. Por isso as especificidades de cada um devem ser consideradas e de que forma ele responde aos estímulos.

- É um grande desafio alfabetizar crianças autistas, justamente por suas necessidades específicas. Queiroz (2021) o processo de alfabetização de uma criança com TEA, causa muita preocupação para os familiares e para as instituições de ensino. Esse processo envolve muitas etapas e muita paciência. Pois, cada criança possui características próprias, ritmos e formas de aprender distintas. Então, as práticas pedagógicas devem estar bem delineados conforme as capacidades e as especificidades de cada educando.

- Dessa forma, se faz necessário que o educador leve em consideração as habilidades da criança com foco nas suas potencialidades e não limitações impostas pelo transtorno. Para que ele possa avançar gradativamente, contudo vale ressaltar que é preciso ter paciência e muita dedicação, pois, os avanços ocorrem lentamente mesmo que não seja o esperado.

- No processo de alfabetização de qualquer criança, é fundamental ter ciência quais as habilidades de cada criança, e a criança com TEA não é diferente. A maior dificuldade no TEA, consistem em dois elementos essenciais para que se efetive o processo de alfabetização que é a comunicação e a linguagem. Assim, o bebê desde o nascimento está predisposto a alfabetização.

- Um bom exemplo disso, é quando a criança vocaliza, isso possibilita a repetição de fonemas. Outras habilidades podem ser percebidas como: contato visual, movimentos espontâneos e imitação. E qualquer alteração neste sentido isso implica que a criança pode ter algum atraso no desenvolvimento, e assim aumentando o risco de se confirmar o diagnóstico.

de TEA.

-

-

Isso significa que antes de mais nada, para alfabetizar, é preciso desenvolver esses precursores de linguagem, fazendo com que aquilo que não aconteceu naturalmente, aconteça de uma forma artificial por meio de um acompanhamento terapêutico. Desse modo, é fundamental fazer uma avaliação detalhada e fidedigna para que a intervenção e as atividades sejam mais assertivas e apropriadas para as necessidades da criança. O trabalho no TEA envolve sempre o resgate do desenvolvimento, da afetividade e da interação social para que as demais áreas possam ser desenvolvidas. (SERRA, 2018, p.5)

-

A assertiva no que se refere ao processo de alfabetização da criança com TEA, exige que o educador conheça a história da criança, suas habilidades e o que ela capaz de realizar, para então promover práticas educativas com foco na funcionalidade propiciando a ela maior autonomia e melhor qualidade de vida. Contudo, vale ressaltar que não existe uma fórmula mágica, ou um único método para promover a aprendizagem e o desenvolvimento da criança, é preciso dedicação, dedicação e empenho por parte do educador.

-

No que tange ao processo de alfabetização da criança com TEA, uma ferramenta que tem se mostrado muito eficiente utilizada pelos os educadores é o método fonético, quando há a necessidade verbal. Na área científica, muitas pesquisas tem evidenciado a eficácia desse método como excelente alternativa na aprendizagem desses educandos.

-

Dentre elas está a pesquisa de co-autoria do professor de Stanford, Bruce McCandliss, da Escola de Pós-Graduação em Educação e do Instituto de Neurociências de Stanford. Os resultados apontaram que o método fônico aumenta a atividade cerebral na área destinada à leitura, o lado esquerdo do cérebro, que engloba as regiões visuais e de linguagem. O



método possibilita o ensino dos sons dos sinais gráficos do alfabeto, iniciando pelas vogais e depois pelas consoantes, o que facilita o desenvolvimento das sílabas e a formação de palavras.

- Porém, é preciso destacar que esse não é o único método que pode ser utilizado no processo de alfabetização da criança com TEA. Pois, existem atividades funcionais específicas que podem auxiliar de maneira significativa no seu desenvolvimento na realização de atividades do seu cotidiano como por exemplo: comer sozinho, calçar os sapatos, atacar os botões da camisa etc.

- Queiroz (2021) existem algumas estratégias que podem auxiliar o desenvolvimento e aprendizagem da criança com TEA, é preciso evitar pré comandos como: marque, circule, sublinhe, pinte, pois, a criança não consegue compreender.

- O educador deve pronunciar as palavras com clareza e muito calmamente para que ela identifique o som. Devendo ainda se abaixar para estabelecer um contato visual com ela, caso haja este contato visual, ou buscar, caso não haja. Falar pausadamente na altura dos olhos dela, para ela possa repetir, caso haja a oralização por parte do aluno. Cada etapa é um avanço, uma conquista e superação por isso é preciso valorizar cada uma delas, mesmo que lentamente elas existem.

- O lúdico também é outra ferramenta que pode ser utilizada para promover a aprendizagem da criança com TEA, pois, as práticas lúdicas estimulam o desenvolvimento por meio de jogos, o brinquedo e as brincadeiras são recursos metodológicos facilitadores e eficazes no que tange aos cognitivo, social e físico. Alguns desses jogos podem ser impressos ou manipuláveis feitos de madeira, plástico e outros materiais. Porém, é preciso observar quais os interesses da criança, quais os objetos que chama sua atenção.

- Então, se pode dizer que o lúdico como recurso didático propicia ao educando a aprendizagem e o desenvolvimento de maneira dinâmica e criativa.
- Segundo Cunha (2018) quando se trata da aprendizagem da criança com TEA, se faz necessário que o planejamento das atividades aborde conteúdos que estimulem a comunicação, a linguagem e cognição, matemático, motor, asocialização e atenção. Na comunicação e linguagem é possível utilizar materiais e recursos como: jogos coletivos, livros, pintura, desenho, música e dispositivos tecnológicos tablet, celular, jogos digitais.
- Quanto ao desenvolvimento matemático, é possível utilizar blocos lógicos, encaixes geométricos, jogos digitais com temas do cotidiano e que estimulem o raciocínio lógico-matemático. Para estimular o desenvolvimento motor é possível promover atividades que tenha como foco as funções motoras e sensoriais, encaixes diversos, colagem, recorte, atividades físicas, atividades com música e de vida prática.
- Na socialização é possível promover atividades esportivas individuais e coletivas; atividades pedagógicas em que o aluno possa compartilhar com a turma o seu saber, atividades que possam ser realizadas por todos os alunos. Para desenvolver a atenção é preciso promover atividades do interesse da criança, por meio de jogos, desenhos, pintura e outras.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

- O fato de não haver muitas vezes tal investigação e consequentemente a identificação do aluno especial atrapalha em muito as estratégias de intervenção, que são de responsabilidade da escola, em conjunto com os pais dos alunos, e de uma equipe multidisciplinar de profissionais voltados ao tema.

- Entretanto, o professor tem como responsabilidade a assistência a todos os seus alunos em sala de aula o que não tira o papel da escola, em fornecer os subsídios necessários para que os professores de fato possam se tornar inclusivos e a poderem implementar as estratégias de intervenção, as quais contemplem efetivamente a questão da educação inclusiva.

## REFERÊNCIAS

- BUENO, J. G. S. **Educação Especial Brasileira**. Integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC. 1993.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira**. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA)**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- FREITAS, S. N. et. Al. **Tendências contemporâneas de inclusão**. UFSM. (1994), (2006), (2008).
- KLIN, Ami. **Autismo e Síndrome de Asperger: uma visão geral**. Revista Brasileira de Psiquiatria, v. 28, n.22, 2006.
- LARROSA, J. **Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- MAYRING, Philipp. **Qualitative Content Analysis**. In: FLICK, Uwe; VON KARDOFF, Ernst; STEINKE, Ines (Ed.). A companion to qualitative research. Sage, 2004.
- MANTOAN, M. T. E. **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos**

**educacionais**, São Paulo: Scipione, (1988), (1989).

-  
MELLO, Ana Maria S. Ros de; ANDRADE, Maria América; HO, Helena; SOUZA Dias, Inês de. **Retratos do autismo no Brasil. AMA - Associação de Amigos do Autista.** São Paulo, 2013.

SCHMIDT, C.; BOSA C. **A investigação do impacto do autismo na família: revisão crítica da literatura e proposta de um novo modelo.** Interação. 2003;7:111---20.

-  
SILVA, L.B. **Instituições escolares, problemas de aprendizagem e estratégias de intervenção e atuação psicopedagógicas.** Revista de Educação do Ideaú. Vol. 7 – Nº 15 - Janeiro - Junho 2012 Semestral ISSN: 1809-6220

-  
WON H, WON M, EUNJOON K. **Transtorno do espectro do autismo, causas, mecanismos e tratamentos: foco em sinapses neuronais.** Frente Mol Neurosci. 2013; 6:19.



## UM OLHAR SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR

Rosangela dos Santos

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a Educação Inclusiva e os direitos destes alunos, bem como as diferenças entre Educação Inclusiva e Educação Especial. Ao final deste artigo será apresentada as políticas públicas para os alunos com deficiência implantados pela rede municipal de ensino de São Paulo, de forma resumida.

**PALAVRAS-CHAVE:** EDUCAÇÃO, DIREITO, INCLUSIVA, ESPECIAL.

#### 1. Breve resumo da Educação Inclusiva e seus direitos

No decorrer da década de 1990 temas como igualdade, equidade e inclusão social foram pautas de discussão de diversos fóruns e convenções internacionais. Entre esses eventos, destacamos a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em 1990 em Jomtien, na Tailândia e a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em 1994 em Salamanca, na Espanha. Os documentos destacavam a importância da educação para todos como forma de concretização de uma escola acolhedora do ponto de vista inclusivo, bem como o dever das escolas de

acolher todas as crianças, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, conforme declarado em Salamanca.

Em termos gerais, a inclusão desponta a partir da década de 1980, através de movimentos sociais e ações políticas. A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2009), nos mostra a Educação e Inclusão Escolar como um processo em evolução e resulta da interação entre as pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Para Mitter (2003), a inclusão no âmbito educacional prima pelo respeito às particularidades dos alunos. A inclusão escolar de pessoas portadoras de necessidades especiais figura entre os direitos sociais básicos expressos em documentos legais e normativos. Com o passar do tempo, o termo “pessoa com necessidades especiais” foi substituído pelo termo “Pessoa com Deficiência”. Para Cabral et al (2010), são consideradas pessoas com necessidades especiais aquelas com deficiência auditiva, visual, física, mental, deficiências múltiplas e síndromes,[...], além de pessoas com altas habilidades.

A prática inclusiva impacta diretamente o contexto escolar, na medida em que exige transformações e adaptações no sistema de ensino, no currículo, no processo de ensino-aprendizagem, na avaliação, nas formas de agrupamento das atividades [...], é um processo amplo e que envolve respeito às diferenças e que necessariamente precisam da participação efetiva de alunos, pais, professores, gestores e demais profissionais. Miranda (2001) nos relata que pensar em educação inclusiva é pensar majoritariamente em uma escola que garanta a um só tempo, a inclusão social e escolar simultaneamente, onde essa escola deve estar preocupada com as individualidades e subjetividades de cada aluno, com suas necessidades e dificuldades, utilizando metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas que assegurem as aprendizagens essenciais.

## 2. Diferenças entre Educação Inclusiva e Educação Especial

Camargo (2017) nos apresenta as principais diferenças entre Educação Inclusiva e Educação Especial, que aqui traremos de forma resumida:

A Educação Inclusiva é um sistema educacional híbrido que alia a educação regular com a educação especial; é necessária a estruturação física da escola e a capacitação dos professores para lidar com esses alunos diferenciados; as escolas devem se adaptar às necessidades especiais de diferentes alunos; é uma educação voltada para o senso de pertencimento dos alunos; o processo educativo deve ser entendido como um processo social, onde as crianças com deficiência têm o direito à escolarização o mais próximo possível do normal.

Por sua vez, a Educação Especial é uma modalidade de ensino destinada a educandos com deficiência, portadores de necessidades educativas especiais no campo da aprendizagem; consiste na utilização de ferramentas didáticas específicas para atender as limitações que a criança possui, sejam elas físicas ou cognitivas; tem práticas pedagógicas específicas; é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com deficiência.

No Brasil, a inclusão é garantida por leis e documentos oficiais, que defendem a criação e execução de políticas públicas para a formação de professores para a educação inclusiva, numa tentativa de diminuir os efeitos da exclusão e atender a nova ordem vigente, que é de ensinar a todos, de acordo com Almeida (2007). Temos em vigor o Estatuto da Pessoa com Deficiência, de 2015, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania, assim como um avanço nos direitos educacionais da pessoa com deficiência, como um sistema educacional inclusivo; garantia de acesso, permanência, participação, aprendizagem, recursos de acessibilidade e eliminação de barreiras; projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, com serviços e conteúdos pedagógicos adaptados, como forma de garantir o acesso ao currículo e a autonomia dos alunos com deficiência.

Temos como exemplo no atendimento aos alunos com deficiência e garantia

dos direitos de aprendizagem a rede municipal de educação de São Paulo, que procura atender a esses alunos com o incentivo a formação de professores nos temas da educação especial, seja através de pós-graduação, como em formações direcionadas pelo CEFAI, o Centro de Formação e Acompanhamento a Inclusão, que também acompanha os alunos com deficiência; as Salas de Recursos Multifuncionais, conhecidas como SRM, que possui um Professor de Atendimento e Apoio a Inclusão (PAAI), como forma de atender de forma mais próxima o aluno com deficiência no contra turno, bem como dando suporte pedagógico para o professor regente da sala; estagiários para os professores que possuem alunos com deficiência em suas salas, como forma de suporte pedagógico entre professor e aluno; os Auxiliares de Vida Escolar (AVEs), que auxiliam os alunos com deficiência em grau mais severo, em sua higienização e alimentação, além do currículo da cidade, que propõe um AEE (Atendimento Educacional Especializado) voltado para os alunos com deficiência e adaptações curriculares que se fizerem necessárias para este público-alvo.

Infelizmente, ainda acontecem alguns “gaps” em relação a esses direitos, provocando a judicialização para a garantia dos mesmos. Um exemplo da judicialização da educação é a busca de estagiários para alunos com deficiência e de cuidadores, conhecidos na rede municipal de ensino de São Paulo como AVEs (Auxiliar de Vida Escolar). O estagiário auxilia o professor em sala de aula junto ao aluno com deficiência, ao passo que o Auxiliar de Vida Escolar auxilia o aluno com deficiência em atividades do cotidiano, em que o mesmo não possua autonomia, como troca de fraldas e alimentação. Devido ao deficit de estagiários e AVEs na rede municipal de ensino de São Paulo, alguns pais conseguiram estagiários mediante decisão do juiz, articulada junto ao Ministério Público durante o ano letivo de 2021, situação essa que continua em deficit segundo reportagem do jornal Folha de São Paulo em 2022, fazendo com que o TCM (Tribunal de Contas do Município) questionasse à gestão municipal, após denúncias de vereadores, como forma de garantir os direitos de crianças e adolescentes.

## Conclusão

Na elaboração deste artigo podemos observar um resumo da Educação Inclusiva e a garantia de seus direitos, sendo discutida em conferências internacionais entre as décadas de 80 e 90 durante o século XX, visando a inclusão escolar das pessoas com deficiência, oportunizando diferentes possibilidades, como um sistema educacional inclusivo; garantia de acesso, permanência, participação, aprendizagem, recursos de acessibilidade e eliminação de barreiras; projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, com serviços e conteúdos pedagógicos adaptados, como forma de garantir o acesso ao currículo e a autonomia dos alunos com deficiência.

Também podemos analisar as diferenças entre educação especial e educação inclusiva, onde verificamos que uma complementa a outra, visto que a educação inclusiva é um sistema educacional híbrido que alia a educação regular com a educação especial, onde o processo educativo deve ser entendido como um processo social. Vimos também as políticas públicas de inclusão aos alunos com deficiência proporcionadas pela rede municipal de ensino de São Paulo, com seus pontos positivos e pontos a serem melhorados.

Dessa forma, percebemos que é existente um avanço no referente a educação inclusiva no Brasil, através de suas legislações e políticas públicas nos últimos 40 anos, buscando uma educação inclusiva de qualidade e com respeito aos alunos com deficiência.

## Bibliografia

- ALMEIDA, D. B. et al. **Política educacional e formação docente na perspectiva da inclusão**. Educação (UFSM), Santa Maria, v.32, n.1, p.327-342, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 16/7/1990, p.13.563.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.742**. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Brasília, DF, dezembro, 1993.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.949**, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União, 2009.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23/12/1996, p.27.833.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). Brasília, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017. **Base Nacional Comum Curricular**: a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Brasília: CNE, 2017.

CABRAL et al. Descrição do conceito de deficiência a partir da mídia cinematográfica: uma análise comportamental. **Arq. bras. psicol.** vol.62 no.1 Rio de Janeiro abr. 2010.

CAMARGO, E. P. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. **Ciênc. educ.** (Bauru), vol.23 no.1 Bauru Jan./Mar. 2017.

DECLARAÇÃO MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1990. **Jomtien, Tailândia.**

Disponível em: <[www.unesco.org.br/publicações/copy\\_of\\_pdf/decjomtien](http://www.unesco.org.br/publicações/copy_of_pdf/decjomtien)>  
Acesso em 15out. 2020.

MIRANDA, T. G. Educação profissional de pessoas portadoras de necessidades especiais. **Caderno CRH**, Salvador, v. 14, n. 34, p. 99-123, jan./jun. 2001.

MITLER, P. **Educação inclusiva:** contextos sociais. Tradução de Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PETROCILO, C. **Falta auxiliar para alunos com deficiência nas escolas de São Paulo, aponta TCM.** São Paulo: Folha de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://folha.com/ezdqy3sp> Acesso em: 22/04/2022.

SÃO PAULO. **Centro de Formação e Acompanhamento a Inclusão – CEFAI.** São Paulo, SP, 2009. Disponível em: Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão – CEFAI | Secretaria Municipal de Subprefeituras | Prefeitura da Cidade de São Paulo. Acesso em: 22/04/2022.

\_\_\_\_\_. **Portaria SME nº 8764, de 23 de dezembro de 2016.** institui no Sistema Municipal de Ensino a Política Paulistana de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva. São Paulo, SP, 2016. Disponível em: PORTARIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME Nº 8.764 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016 « Catálogo de Legislação Municipal (prefeitura.sp.gov.br) Acesso em: 22/04/2022.

UNESCO. **Declaração de Salamanca.** Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 23 out. 2020.

